

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Bolsonaro, que nem Trump, não gosta da China.....	2
Título: Os candidatos e o mercado	2
Título: Bolsa cai 2,8%.....	4
Título: Acordo com PRTB limita privatização da Petrobras, diz Levy Fidelix.....	7
Título: Petrobras recebe R\$ 4,1 bi com fusão nos EUA.....	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Aos candidatos	9
Título: Bolsa cai 3% após Bolsonaro falar em limite a privatizações	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Declaração de Bolsonaro derruba Eletrobrás.....	11
Título: Petrobrás faz acordo de R\$ 4 bi com americana	13
Título: Após definição de eleições, Neoenergia retomará planos de abertura de capital.....	14
Título: Afinal, o que vale?.....	15
Título: A hora é agora.....	16
VEÍCULO: Correio Braziliense	17
Título: Preço de combustível de aviação é um dos mais altos.....	17
VEÍCULO: Valor Econômico.....	18
Título: Candidatos divergem nos planos para o setor de óleo e gás	18
Título: Entre a eficiência energética e o direito à privacidade.....	20
Título: Fala de Bolsonaro sobre Eletrobras leva a queda das ações	23
Título: General quer acabar Angra 3 e reavaliar usinas na Amazônia	26
Título: Ex-ministra diz que Haddad criará fundo com 10% das reservas.....	27

Título: Destaques	29
Título: Chinesa SPIC deve fazer oferta por Santo Antonio nos próximos dias.....	30
Título: Embate de sócios da CPFL Renováveis chega ao fim.....	32
Título: Geradoras têm dívida de R\$ 8,8 bi com a CCEE	33
Título: Apesar de leve queda em setembro, as vendas de etanol continuam firmes.....	34
Título: Falta de detalhes mantém bancos cautelosos com plano de Bolsonaro.....	35

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/10/2018

Seção:

Autor: Ancelmo Gois

Título: Bolsonaro, que nem Trump, não gosta da China

A declaração de Bolsonaro, ontem, de que, caso eleito, não privatizará a Eletrobras — provocando queda de até 14% nas ações da estatal — pode ser atribuída ao temor do candidato de um avanço maior da China no setor elétrico. Em março, numa viagem que incluiu Taiwan, inimiga da China, Bolsonaro disse que "que os chineses não estão comprando no Brasil, estão comprando o Brasil". Hoje, 52% da distribuição de energia elétrica por aqui estão nas mãos de empresas estrangeiras, e os chineses têm metade desse total. Na transmissão, os estrangeiros têm 23% e os chineses, 26%. Na geração, os chineses têm 39% dos 21% que estão nas mãos de empresas estrangeiras. —O que vem ocorrendo é a transferência de estatais brasileiras para estatais chinesas. Acho que é isso que ele quer evitar — diz o consultor Adriano Pires. É. Pode ser.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/10/2018

Seção: Colunas

Autor:

Título: Os candidatos e o mercado

Miriam Leitão

O dia de ontem terminou melhor para Jair Bolsonaro do que começou. Ele concedeu uma entrevista que derrubou a bolsa e fez o dólar subir. Nela, ele mostrou que em economia sua visão é bem diferente da que tem sido defendida pelo economista Paulo Guedes. Isso foi um balde de água fria no mercado. No fim do dia, no entanto, a pesquisa Datafolha mostrou que ele abriu 16 pontos de dianteira do adversário. Fernando Haddad pôde comemorar ontem o apoio do PDT de Ciro Gomes, e tentou dar os primeiros passos para o centro.

Jair Bolsonaro demonstra, uma vez mais, desconhecimento básico de como funciona a economia. Isso é mais espantoso, e aqui tenho chamado a atenção para isso. Em determinado momento da entrevista ao "Jornal da Band", disse que o Brasil paga "um Plano Marshall por ano" de juros da dívida interna e por isso ele falou: "Paulo, como dá para negociar com o mercado? Ele que vai negociar".

O que seria isso? Os juros são pagos a todos os milhões de aplicadores que investem em títulos públicos, em fundos lastreados por estes papéis. Não se negocia a redução dos juros, exceto na hipótese de um calote. As taxas são decididas pelo Copom com base na situação macroeconômica. Essa ideia de que se possa "negociar com os credores" ele já havia falado para banqueiros no começo da campanha. Não faz sentido.

Fernando Haddad repetiu velhos equívocos quando disse que "os juros vão cair de qualquer jeito". Quando a ex-presidente Dilma saiu do governo as taxas estavam em 14,25%. Foi possível reduzi-las para 6,5% porque a inflação caiu de quase 10% para o piso da meta. Com inflação baixa, os juros puderam cair. Houve um momento no governo Dilma, em que ela quis que os juros caíssem "de qualquer jeito". Eles caíram, a inflação avançou e eles tiveram que subir de novo.

O ex-governador Jacques Wagner disse que "o mercado se curvará ao governo". O

PT exerceu tanto tempo o poder e já deveria saber que o mercado não é uma entidade. A opinião política dos operadores pode influenciar suas decisões de alocação de recursos, e provocar a alta e a queda das bolsas. Mas o realmente importante é que a dívida pública está alta demais.

O FMI esta semana alertou que o Brasil tem a segunda maior dívida entre os emergentes, perdendo apenas para a demolida Venezuela. E isso terá que ser enfrentado com a redução do déficit público. A dívida não é devida ao "mercado", mas sim a todo brasileiro que investe em títulos públicos: ricos,

classe média, empresas, fundos de pensão. Ela é o outro lado no espelho da poupança brasileira.

O que fez a bolsa cair ontem foi, além de um clima externo ruim, a declaração de Bolsonaro à "Band" negando que pretenda privatizar a geração de energia, ou seja, a Eletrobras. O argumento de Bolsonaro é que se você tem um galinheiro e se vender as galinhas ficará sem o ovo cozido de manhã. Essa analogia coloca em dúvida seu prometido programa de privatização. Fiquem então as galinhas por-
que o governo quer os ovos.

A visão dele sobre a reforma da Previdência mostra que ele é o que sempre foi. Bolsonaro fez sua carreira política sendo um defensor de interesses corporativos de militares e policiais. Essa é a sua estreita agenda. Sempre votou contra reformas. Agora passou um verniz liberal conveniente para a campanha, mas entra em contradição em qualquer entrevista.

Fernando Haddad, por sua vez, disse ontem que não entregará o Ministério da Fazenda a um banqueiro porque seria colocar uma raposa no galinheiro. Os dois candidatos têm em comum as analogias avícolas. Durante seu primeiro governo, o ex-presidente Lula colocou Henrique Meirelles, um banqueiro, no Banco Central. A atuação daquela diretoria foi essencial para manter a inflação baixa e permitir o crescimento.

O equilíbrio das contas públicas não é de esquerda nem de direita. É a base para a construção do projeto que for escolhido nas urnas. Se Jair Bolsonaro tem um plano de governo ele só será factível se houver superação da crise fiscal do país. Da mesma forma, o PT. A pobreza aumentou de 2014 a 2017 porque o país entrou em recessão pelos erros na política macroeconômica. Acertar na economia é parte fundamental do projeto de enfrentar as muitas iniquidades sociais brasileiras.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/10/2018

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Ribeiro, Danielle Nogueira, Rennan Settie E Gabriel Martins

Título: Bolsa cai 2,8%

Após declaração de Bolsonaro sobre estatais

SÃO PAULO E RIO- O mercado financeiro reagiu ontem negativamente às declarações do candidato Jair Bolsonaro (PSL) e de seus assessores próximos

sobre Eletrobras e Petrobras: a Bolsa caiu 2,80%, e o dólar fechou em alta de 1,40%, para R\$ 3,764. Em entrevista à Band, na noite de terça-feira, Bolsonaro afirmou que o segmento de geração de energia da Eletrobras não será privatizado — analistas já vinham dando a venda da empresa como certa — e se declarou favorável a conservar o "miolo" da Petrobras. E ainda criticou a política de preços da petrolífera, o que gerou temor de intervencionismo.

Outro fator de decepção para os investidores foi a declaração de Bolsonaro de que a reforma da Previdência poderia ser feita "vagarosamente" e discutida apenas em 2019. Os comentários foram contrários à expectativa do mercado, que vinha apostando na eleição do candidato do PSL justamente por identificá-lo com o compromisso com as reformas e a privatização.

SEM "VACAS SAGRADAS"

Bolsonaro tem um histórico de posições estatizantes, mas seu guru econômico, Paulo Guedes, segue o pensamento liberal, com defesa de privatizações e ampla reforma da Previdência. Não à toa, no dia seguinte ao segundo turno, em que Bolsonaro apareceu na frente de seu adversário Fernando Haddad (PT), a Bolsa subiu 4,57% e registrou volume financeiro recorde de R\$ 29 bilhões.

As ações de estatais puxaram a queda do Ibovespa, principal índice do mercado de ações brasileiro. Na entrevista de terça-feira, Bolsonaro disse que não venderia os ativos de geração de energia, apenas de distribuição. E, ontem à tarde, Levy Fidelix, presidente do PRTB — partido do candidato a vice, o general Hamilton Mourão —, afirmou que havia acertado com o PSL a venda apenas das áreas de distribuição e refino da Petrobras em um eventual governo.

Bolsonaro disse ainda que "o país não pode ter uma política predatória no preço do combustível para salvar a Petrobras e quebrar a economia brasileira".

Os papéis ordinários (ON, com direito a voto) e preferenciais (PN, sem voto) da estatal recuaram 2,76% e 3,70%, respectivamente — refletindo ainda a queda de 2,25% do preço do barril do tipo Brent, a US\$ 83,09.

Já as ações da Eletrobras despencaram 9,21% (ON) e 8,36% (PN). A maioria das distribuidoras que a estatal se propôs a vender já foi leiloada.

Segundo Glauco Legat, analista-chefe da corretora Spinelli, os investidores "ligaram seu lado mais racional":

— Foi uma decepção entender que aqueles segmentos não podem ser privatizados. Coloca em risco todo o resto do discurso liberal, mostrando que Bolsonaro pode ser, no máximo, um liberal tropical, disposto a fazer adaptações

e adotar postura mais populista. Isso coloca em xeque todo o benefício da dúvida que estão dando a ele.

Para outro gestor, preocupa o fator de o presidenciável enxergar que existam "vacas sagradas" no caminho da privatização.

— O mercado estava comprando o discurso de Paulo Guedes. E, embora as declarações de Bolsonaro não tenham sido muito claras, o que se viu é que houve um choque entre o candidato e seu economista. No caso da Eletrobras, por exemplo, o mercado acha que não deve haver "vaca sagrada", que tudo é passível de privatização, inclusive na área de geração — afirma Maurício Pedrosa, estrategista da gestora Áfira Investimentos.

Ele lembra que ageração de caixa da Eletrobras é negativa, o que significa que ela "suga" recursos do Tesouro Nacional. Mesmo que o governo queira manter sua soberania, diz, há caminhos de se fazer isso mesmo privatizando, como por meio de uma golden share — classe especial de ação que dá direito a veto em algumas áreas. O Estado brasileiro tem golden share na Embraer e na Vale, que já foram privatizadas.

A realização de lucros (venda de ações para que os investidores embolsem os ganhos dos últimos pregões) e a expectativa dos investidores em relação à divulgação de novas pesquisas eleitorais, à noite, também pressionaram os negócios na Bolsa.

— A queda é uma soma de fatores. Tem a realização de lucros, expectativa com pesquisas e as declarações do Bolsonaro. É um movimento pontual — avalia Rafael Passos, analista da Guide Investimentos, ressaltando que o mercado também "compra" mais o modelo do candidato do PSL.

REFORMA MAIS DEMORADA

Mesmo não tendo tanto peso para a queda das ações, a questão da reforma da Previdência também contribuiu para o mau humor dos investidores. Na avaliação de Luiz Roberto Monteiro, operador de câmbio da corretora Renascença, as declarações do candidato do PSL levaram o mercado a refazer as suas expectativas em relação a um possível governo Bolsonaro:

— Quando o candidato dá declarações sobre privatizações e reforma da Previdência, os investidores, que tinham uma projeção sobre quanto o governo economizaria, começam a refazer suas contas.

Os mais otimistas acreditavam que, se eleito, o ex-capitão do Exército pudesse fazer uma costura política com o presidente Michel Temer para aprovar, ainda este ano, o texto da reforma que está na Câmara dos Deputados. Mas ontem, o

deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), cotado para a Casa Civil num possível governo de Bolsonaro, afirmou que o tema só seria discutido a partir de 1º de janeiro.

— Manter o texto e aprovar agora evitaria o desgaste político do novo governo. Ele (Bolsonaro) vai ter de usar seu capital político para isso, quando poderia usá-lo para outras reformas — diz Luiz Otavio de Souza Leal, economista-chefe do banco ABC Brasil.

Para Leal, uma nova proposta de reforma da Previdência, na melhor das hipóteses, não seria aprovada antes de meados do ano que vem. Ele frisa ainda que o novo governo terá de adotar medidas mais duras para ter o mesmo efeito fiscal ou abrir mão de uma parcela dos ganhos das mudanças nas regras da aposentadoria, se isso acontecer.

Na entrevista de terça-feira, Bolsonaro afirmou que uma possível tentativa de aprovar uma idade mínima muito avançada (65 anos) seria barrada pela oposição e que esses assuntos devem ser tratados "vagarosamente"..

— O comportamento verborrágico de Onyx e as declarações de Bolsonaro são sinais contrários à expectativa dos investidores. O mercado pode cometer um autoengano. Mas o fato é que a alternativa (Haddad) é ainda menos favorável às reformas. Então, Bolsonaro deve continuar com apoio do setor financeiro — avalia Arnaldo Curvelo, diretor da Ativa Investimentos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/10/2018

Seção: Economia

Autor: Thiago Herdy

Título: Acordo com PRTB limita privatização da Petrobras, diz Levy Fidelix

SÃO PAULO- Único partido que se coligou ao PSL de Jair Bolsonaro, o PRTB acertou com o candidato à Presidência que qualquer processo de privatização na

Petrobras ficaria limitado às áreas de distribuição e refino num eventual governo. É o que diz Levy Fidelix, presidente do PRTB, que indicou o partido do general da reserva Hamilton Mourão para a posição de vice na chapa de Bolsonaro.

Segundo Fidelix, a solução foi sugerida por Mourão ao próprio Bolsonaro e acordada com o economista Paulo Guedes (conselheiro econômico do candidato) e o general da reserva Augusto Heleno, colaborador da campanha,

como forma de garantir princípios nacionalistas como o "monopólio nacional" na extração de petróleo, embora já não exista desde 1998.

— Havia uma tese do Paulo Guedes de privatizar a Petrobras como um todo. O Clube

Militar sempre apoiou a Petrobras de maneira nacionalista — explicou Levy ontem.

— Então, foi dada a sugestão, que me parece estar bem acolhida hoje, que é privatizarmos apenas refinarias e distribuição.

Para o presidente do partido aliado de Bolsonaro a venda de ativos como os do pré-sal pode ser "danosa" ao país. Ele criticou privatizações feitas em governo passados, como a da mineradora Vale do Rio Doce: — Veja o que fizeram no passado com a Vale? Valia R\$ 77 bilhões e foi privatizada por R\$ 3,3 bilhões, e ainda financiaram a metade. Isso não ocorreria jamais com a Petrobras.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/10/2018

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Petrobras recebe R\$ 4,1 bi com fusão nos EUA

Subsidiária da estatal vai se juntar à Murphy e criar empresa com 17 campos de petróleo

A Petrobras anunciou que sua subsidiária nos EUA (a Petrobras America Inc) e a americana Murphy vão unir suas operações no Golfo do México, principal região produtora de petróleo no mar dos EUA. O negócio vai permitir a entrada de US\$ 1,1 bilhão (cerca de R\$ 4,125 bilhões) no caixa da estatal.

O negócio vai se juntar aos outros US\$ 4,8 bilhões obtidos neste ano pela Petrobras com a venda de ativos. A meta da companhia é levantar US\$ 21 bilhões até o fim de 2018.

De acordo com a Petrobras, a Murphy terá 80% da nova empresa, e a estatal, por meio de sua subsidiária, os 20% restantes. A nova companhia terá uma produção de 75 mil barris de óleo equivalente por dia no quarto trimestre de 2018 em 17 campos de petróleo.

Do valor do negócio, a estatal vai receber US\$ 900 milhões (cerca de R\$ 3,3 bilhões) à vista, que correspondem à diferença de valor entre os ativos

aportados pelas duas empresas no fechamento da operação. Outros US\$ 150 milhões serão pagos até 2025. Além disso, a Murphy vai investir até US\$ 50 milhões referentes a valores que seriam aplicados pela Petrobras no desenvolvimento da produção de um dos campos. Porém, esse valor só será pago se determinados projetos de recuperação de óleo forem bem-sucedidos.

No Brasil, a Murphy tem participação de 20% em quatro blocos em águas profundas na bacia de Sergipe-Alagoas e junto com seus parceiros.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/10/2018

Seção: Colunas

Autor:

Título: Aos candidatos

Mercado Aberto

Nelson Leite - presidente da Abradee

A revisão do tratado da usina binacional de Itaipu precisa ser abordada ainda em 2019, na avaliação do setor de distribuição de energia.

O acordo firmado entre Paraguai e Brasil expira em 2023, mas as empresas pedem urgência na definição dos termos para a compra do excedente de energia do vizinho.

“As distribuidoras fazem planejamento de cinco anos. Em 2018, já fazemos as aquisições para 2023”, afirma Nelson Leite, presidente da Abradee (do setor).

A redução dos subsídios embutidos na conta de energia elétrica, pagos pelo consumidor, é outra demanda das companhias para o próximo governo federal.

“Uma diminuição no valor das tarifas de luz faria a inadimplência do setor cair também”, diz Leite.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/10/2018

Seção: Mercado

Autor: Tássia Kastner

Título: Bolsa cai 3% após Bolsonaro falar em limite a privatizações

Dólar sobe para R\$ 3,75 em dia de forte queda no mercado acionário dos EUA

O mercado financeiro reagiu mal a posicionamentos do presidenciável Jair Bolsonaro (PSL) sobre privatizações e reforma da Previdência, derrubando a Bolsa e levando o dólar a subir para o patamar de R\$ 3,75. No exterior, os mercados também tiveram um dia negativo, com quedas ainda mais acentuadas em Wall Street. Pressionado pela baixa nas ações das estatais, o Ibovespa (principal índice acionário do país) recuou 2,79% e fechou na mínima do pregão, a 83.679 pontos. O volume financeiro foi de R\$14,7 bilhões, abaixo dos números dos últimos dias, mais acima da média diária do ano, que é de R\$ 11 bilhões. Bolsonaro disse, em entrevista à TV Bandeirantes na terça-feira (9) à noite, ser contrário à privatização de ativos na área de geração de energia, assim como gostaria de manter estatal o “miolo” da Petrobras. Como resultado, as ações de empresas do setor despencaram.

A Eletrobras perdeu quase 10% nesta quarta (10). Já os papéis da Petrobras recuaram perto de 3%, e os do Banco do Brasil, mais de 4%. O dólar avançou 1,40% e fechou a R\$ 3,7640. No exterior, o desempenho foi misto: de 24 moedas emergentes, o dólar ganhou força sobre a meta- de —o real liderou as perdas. O deputado afirmou também na terça que não pretende aprovar a reforma da Previdência proposta pelo governo Temer (MDB). “Eu, chegando lá, vou procurar o governo para aprovar uma reforma da Previdência que tenha aceitação do Parlamento e a população entenda como sendo justa e necessária”, disse. Essa é a primeira reação negativa do mercado financeiro a pronunciamentos de Bolsonaro desde o resultado do primeiro turno, no domingo (8).

Investidores abraçaram a candidatura do capitão reformado do Exército por considerá-lo, comparado a Fernando Haddad (PT), mais disposto a conduzir reformas tidas como necessárias para o reequilíbrio das contas públicas e a recuperação da economia. “Dessa forma, ele se coloca numa posição de antagonismo à de seu assessor econômico, que é mais agressivo [sobre reforma da Previdência]”, disse o superintendente da Correparti Corretora, Ricardo Gomes da Silva. A expectativa de um governo reformista é atribuída a Paulo Guedes, fiador econômico de Bolsonaro, com viés liberal.

Durante o primeiro turno, Guedes chegou a defender a privatização de todas as estatais. No radar de investidores esteve ainda a expectativa pela primeira pesquisa de intenção de votos do segundo turno pelo Datafolha. O levantamento, divulgado após o fechamento do mercado, mostrou que o capitão reformado do Exército tem 16 pontos de vantagem sobre o petista, com 58% dos votos válidos. Haddad tem 42% da preferência dos eleitores. A pesquisa foi registrada no TSE sob o número BR-00214/2018. Nas últimas semanas, o mercado financeiro se pautou pelo cenário eleitoral doméstico,

escapando de parte das turbulências externas. O exterior nesta quarta, no entanto, também contribuiu para a reação negativa de investidores locais. As Bolsas americanas despencaram, reflexo do agravamento da guerra comercial travada por Estados Unidos e China.

O presidente americano, Donald Trump, voltou a ameaçar com sobretaxas todos os produtos importados da China.

Além disso, o secretário do Tesouro, Steven Mnuchin, afirmou que a desvalorização do yuan está sendo monitorada de perto pelos americanos para evitar que o preço da moeda seja utilizado pelos chineses como instrumento de competição comercial.

O efeito foi mais negativo sobre a Nasdaq, que reúne ações do setor de tecnologia. O índice caiu 4,08%.

Entre os destaques de baixa estiveram Netflix (-8,4%) e Amazon (-6,2%).

O índice Dow Jones recuou 3,15%, e o S&P 500,3,29%.

Com a Reuters

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/10/2018

Seção: Economia

Autor: Luciana Dyniewicz

Título: Declaração de Bolsonaro derruba Eletrobrás

Candidato diz que geração de energia não deve ser vendida; ações têm queda de 9,1%

O mercado reagiu mal à mudança de tom no discurso do candidato Jair Bolsonaro (PSL) em relação às privatizações. Depois de ele criticar a venda da Eletrobrás na noite de terça-feira, as ações da estatal de energia caíram 9,1% ontem. O Ibovespa, principal índice da Bolsa, recuou 2,8% e o dólar subiu para R\$ 3,76. “A gente vai vender (a Eletrobrás) para qualquer capital do mundo? Você vai deixar a nossa energia na mão da China? A gente pode conversar sobre distribuição, mas sobre geração não”, afirmou o candidato, na noite de terça, em entrevista à TV Bandeirantes – hoje, os chineses já são os maiores geradores de energia privada do País. O discurso de Bolsonaro vai na direção oposta da cartilha liberal de seu guru econômico, Paulo Guedes, que sempre defendeu a

venda das empresas estatais para arrecadar dinheiro para o pagamento da dívida pública e para viabilizar seu projeto de reforma da Previdência.

Na semana passada, em entrevista ao Estado, o general Oswaldo de Jesus Ferreira, também da equipe de Bolsonaro, já havia indicado a intenção de não privatizar empresas consideradas estratégicas, como Petrobrás, Furnas, Caixa e Banco do Brasil. Ferreira, porém, havia confirmado que a Eletrobrás iria para a iniciativa privada. Na segunda e na terça-feira, os papéis da empresa avançaram 17,3% e 3,68%, respectivamente, com a possibilidade de a privatização da estatal sair do papel dado o fortalecimento do presidencialismo na corrida eleitoral após o primeiro turno. “Só está surpreso (com a fala de Bolsonaro) quem não fez a lição de casa. Bolsonaro e os que foram eleitos com ele (os parlamentares do PSL) têm visões parecidas: nacionalizantes e contra-propostas liberalizantes”, disse o economista Marcos Lisboa, presidente da instituição de ensino superior Insper e secretário de Política Econômica no Ministério da Fazenda entre 2003 e 2005.

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, também destaca que o candidato tem visão estatizante e critica o fato de o mercado financeiro ter comprado a ideia de que ele mudaria o modo de pensar em apenas um ano. “O mercado acredita no que quer. Mas, por 30 anos, ele teve uma postura estatizante. Não seria convertido da noite para o dia.” Desde o começo da campanha eleitoral, Bolsonaro admitiu não entender de economia e destacava sempre que deixaria o assunto nas mãos de Guedes. Quando o economista sugeriu o retorno da CPMF (imposto sobre movimentação financeira), no entanto, o candidato rapidamente o desautorizou. Para Vale, diante dessas divergências ideológicas – que estão ficando mais expostas no fim da corrida eleitoral –, a permanência de Paulo Guedes em um eventual governo Bolsonaro deve durar menos de um ano. Petrobrás. A entrevista de Bolsonaro à Bandeirantes também resultou, ontem, em uma queda de 3,7% nas ações ordinárias (com direito a voto) da Petrobrás.

O candidato declarou que a estatal não pode se “salvar” e “matar a economia”, em referência à política de paridade internacional praticada pela estatal, que acompanha internamente os preços praticados nas principais bolsas de negociação de commodities. Essa política foi adotada durante o governo de Michel Temer, na gestão de Pedro Parente no comando da petroleira, e foi uma das desencadeadoras da greve dos caminhoneiros. Esse novo discurso do candidato do PSL em relação às estatais assemelha-se ao projeto petista, destaca Vale. “Acho que se ele (Bolsonaro) que ser diferente (do PT), precisa sinalizar melhor ao mercado”, disse Vale.

Lisboa compartilha a mesma opinião: “Muitos aspectos econômicos do discurso (de Bolsonaro) são semelhantes ao do governo do PT pós 2008. Mas um

candidato (Bolsonaro) vende pela direita e outro (Fernando Haddad) pela esquerda.” O programa de Haddad afirma que pretende “suspender a política de privatização de empresas estratégicas para o desenvolvimento nacional” e que a política de preços da Petrobrás será “reorientada”. “O mercado brasileiro é aberto a importações e, portanto, não é possível manter os preços domésticos desalinhados dos preços internacionais. No entanto, não é necessário que esses ajustes se façam ao sabor da volatilidade diária, diz o documento” Procurados, economistas do programa do PT não quiseram dar entrevistas./COLABORARAM RENÉE PEREIRA e FERNANDA NUNES, DO RIO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/10/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobrás faz acordo de R\$ 4 bi com americana

A subsidiária da Petrobrás nos EUA vai unir suas operações com a americana Murphy Oil, criando uma joint venture composta por todos os ativos em produção situados no Golfo do México de ambas as empresas. O acordo prevê que a Petrobrás receba até US\$ 1,1 bilhão (ou R\$ 4 bilhões) nessa negociação. A Petrobrás já havia dito no início do mês que esperava vender mais US\$ 2 bilhões em ativos até o fim do ano, fazendo com que a receita com o programa de desinvestimentos chegue a US\$ 7 bilhões em 2018. O plano prevê arrecadação total de US\$ 21 bilhões entre 2017 e este ano. O programa de venda de ativos tem ajudado a petroleira a reduzir o endividamento. A Petrobrás estima fechar 2018 com uma dívida de US\$ 69 bilhões, uma queda de quase 19% em relação aos US\$ 85 bilhões registrados no ano passado.

Do montante total que será pago à Petrobrás, US\$ 900 milhões serão pagos à vista, no fechamento da operação, e correspondem à diferença de valor entre os ativos aportados por ambas as empresas no fechamento da operação. Outros US\$ 150 milhões serão pagos até 2025. Os US\$ 50 milhões restantes são relativos a investimentos no desenvolvimento da produção do campo de St. Malo, “a ser assumido pela Murphy a partir de 2019, caso determinados projetos de recuperação de óleo sejam realizados”, diz a Petrobrás em nota. A Murphy Exploration & Production Company será a operadora da joint venture, com 80% de participação, enquanto a Petrobrás America deterá os demais 20%. A nova empresa terá uma produção média estimada de aproximadamente 75 mil barris de óleo equivalente por dia no quarto trimestre de 2018.

A Murphy é uma empresa global independente de exploração e produção de petróleo e gás natural, com produção offshore no sudeste da Ásia, Canadá e

Golfo do México e produção on shore na América do Norte. No Brasil, a Murphy detém uma participação de 20% em quatro blocos em águas profundas na Bacia de Sergipe-Alagoas e com seus parceiros foi bem-sucedida na licitação de dois blocos na mesma bacia durante a 15.ª Rodada da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A Petrobrás ressaltou que o acordo “representa um passo importante (...) no âmbito do seu Plano de Negócios e Gestão 2018-2022, permitindo, além da entrada de caixa, o compartilhamento de investimentos, resultando num portfólio final com melhor relação risco-retorno, por meio de um novo modelo de negócios nos EUA”. / REUTERS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/10/2018

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira Mônica Scaramuzzo

Título: Após definição de eleições, Neoenergia retomará planos de abertura de capital

Bolsa. Controlada pela espanhola Iberdrola, companhia elétrica pretende colocar pelo menos 25% de suas ações no mercado; com 9,3% da companhia, Banco do Brasil deve sair do negócio, enquanto Previ pretende vender apenas parte da sua participação, de 38,2%

A companhia elétrica Neoenergia, controlada pelo grupo espanhol Iberdrola, aguarda os desfechos das eleições para retomar seu plano de abrir seu capital na Bolsa, segundo duas fontes a par do assunto. A empresa, que está com bancos contratados para tocar a operação, pretende negociar pelo menos 25% de suas ações no mercado. Fontes a par do assunto afirmaram ao Estado que os planos são de que o Banco do Brasil saia totalmente do negócio com a Oferta Pública de Ações (IPO, em inglês). O banco público tem 9,34% de participação na Neoenergia, seguido pela Previ (fundo de pensão do Banco do Brasil), com 38,21%. A Iberdrola é o maior acionista e controlador, com os 52,45% restantes. A Previ também reduziria sua participação na empresa, mas se manteria como acionista. Já o controlador Iberdrola não tem interesse de se desfazer de sua participação. No ano passado, quando a Neoenergia anunciou a fusão com a Elektro, conforme antecipou o Estado, a abertura de capital era o próximo passo da estratégia da elétrica. A companhia chegou a fazer road show para se apresentar aos investidores.

No entanto, o ambiente de negócios voltou a ficar mais complexo após as delações dos irmãos Batistas, em maio do ano passado, e o preço oferecido pelos investidores não animou os acionistas, que adiaram a ida da companhia à Bolsa. De acordo com pessoas a par do assunto, a empresa já está preparada

para o processo de oferta inicial de ações. Uma das exigências que precisam ser cumpridas é a definição da participação de membros independentes no conselho da empresa – um requisito para entrar no novo mercado ou no nível 2 de Governança Corporativa. Outro ponto é a definição do novo diretor financeiro (CFO) da empresa. Em julho deste ano, Sandro Marcondes deixou a companhia e foi contratado pelo Santander.

Desde então, o cargo – cujo executivo é indicado pelo Banco do Brasil – está vago. No mercado, a expectativa é de que a transação ocorra até dezembro, após as eleições de segundo turno. Pessoas ligadas à empresa acreditam, contudo, que se o ambiente não estiver favorável – a depender dos resultados das urnas –, o processo poderá ficar para o ano que vem. Procurados, BB e Previ não comentam. A Neoenergia afirmou que não comenta sobre o processo e que essa é uma decisão dos acionistas. Ativos diversificados. Considerado um negócio atraente no mercado, a Neoenergia controla as distribuidoras Elektro (SP), Celpe (PE), Cosern (RN) e Coelba (BA), usinas de energia, como Teles Pires, e ainda atua na transmissão de energia.

A companhia investiu R\$ 4 bilhões em 2017, valor 39,19% maior que em 2016, quando fez aporte de R\$ 2,86 bilhões. As receitas somaram R\$ 20,5 bilhões, crescimento de 38,2% sobre o ano anterior. No ano passado, a companhia travou uma disputa ferrenha com a italiana Enel pelo controle da Eletropaulo – ativo que daria a empresa a liderança na distribuição de energia no Brasil. Mas ela acabou derrotada pela concorrente, que ofereceu R\$ 45,22 por ação ante R\$ 39,53, da Neoenergia. Segundo fontes, a empresa chegou a olhar também a Light, mas as negociações não avançaram. O setor elétrico tem sido alvo de uma série de aquisições nos últimos anos, seja na área de geração, distribuição ou transmissão de energia. Uma das maiores transações foi feita pela chinesa State Grid, que comprou a CPFL, em 2016. A expectativa é que, com o fim do período eleitoral, outros negócios que estão em negociação, como a usina Santo Antônio, serão fechados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/10/2018

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: Afinal, o que vale?

CONFIRA

As primeiras manifestações do mais provável novo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, mostram os primeiros graves desencontros sobre a política

econômica do futuro governo. Embora tenha repetido que vai extinguir estatais e privatizar outras, avisou que não vai mexer na **Eletrobrás**. Repeliu o projeto de reforma da Previdência em tramitação no Congresso. Mas não disse o que colocará no lugar. Falou até em reduzir o limite de idade para a aposentadoria, de 65 para 61 anos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/10/2018

Seção: Colunas

Autor: Zeina Latif

Título: A hora é agora

Um desavisado que desembarcasse no Brasil hoje e analisasse as campanhas dos candidatos à Presidência da República não diria que o País enfrenta a mais grave crise fiscal e econômica de sua história. Muitas campanhas se esquivaram dos problemas econômicos. Do lado dos eleitores, apesar da renovação da política em curso, nós não mudamos tanto assim. Ainda nos iludimos com políticos que infantilizam a sociedade. O foco da campanha do primeiro turno de Fernando Haddad foi vender a imagem de que ele é o escolhido de Lula. Para manter a fidelidade do voto de esquerda, repetiu mantras do passado e negou a culpa de Dilma na crise econômica. Para o Brasil voltar a crescer, bastaria aumentar os gastos públicos, o que significa uma negação da crise fiscal. Já a campanha de Jair Bolsonaro foi concentrada em temas relacionados a costumes, segurança e corrupção. Seu discurso na economia passa a mensagem subliminar de que não será necessário grande esforço para equilibrar as contas públicas e promover o crescimento. Bastaria acabar com a corrupção e conchavos políticos, e avançar em algumas privatizações.

Evitar temas econômicos polêmicos em campanhas é algo esperado, mas se foi longe demais. Diante da grave crise, há elevados riscos envolvidos nessa estratégia, pois se reduz a legitimidade para conduzir as necessárias reformas adiante. Exemplo recente foi a campanha de 2014. Dilma Rousseff negou os problemas fiscais e, como resultado, defrontou-se com a resistência de seu próprio partido para a aprovação do ajuste fiscal e teve ainda de lidar com a participação de parlamentares petistas na aprovação da chamada pauta-bomba do Congresso. Segundo a imprensa, nem mesmo Lula conseguiu convencer os petistas sobre a importância das medidas de ajuste e, assim, evitar dissidências. A campanha do segundo turno deveria ser a oportunidade para os candidatos exporem e ajustarem suas plataformas econômicas. Alguma descida de palanque é necessária e recomendável, deixando de lado bravatas e omissões oportunistas.

Alguns ajustes no discurso começaram após o resultado do primeiro turno. Haddad negou a intenção de uma nova Constituição e defendeu a reforma da Previdência para acabar com privilégios, que é o que não falta em nossas regras previdenciárias. Para conquistar a confiança de investidores e produtores, mais ajustes no seu discurso serão necessários, como na aceitação da agenda de privatizações e concessões. O discurso de Bolsonaro não traz grandes mudanças, mas reforça a tendência de afastamento da agenda liberal do economista Paulo Guedes. Apesar de Guedes defender o prosseguimento da proposta de reforma da Previdência de Michel Temer, com possível aprovação ainda este ano, Bolsonaro a rejeitou. O candidato fala em propor uma nova reforma, com foco nos “marajás” do funcionalismo, com uma transição bastante lenta e mantendo o tratamento diferenciado a membros das Forças Armadas e da polícia militar. Ele não cita a necessária reforma do INSS.

Tudo muito tímido diante do tamanho do desafio, inclusive nas finanças estaduais. Bolsonaro promete ainda reduzir a carga tributária, com isenção do imposto de renda para quem recebe até 5 salários mínimos – algo também defendido por Haddad –, sem dizer de onde virão os recursos. **Sobre o programa de privatizações, o deputado nega aquela que deveria ser prioritária: a da Eletrobrás; uma empresa deficitária e sem capacidade de investimento, ameaçando a oferta de energia elétrica em todo o País.** A visão de que não é necessário fazer um ajuste estrutural nas contas públicas é bastante disseminada na sociedade. De um lado, há aqueles que defendem mais gastos e manutenção de privilégios. De outro, os que acreditam que o combate à corrupção resolve a crise e que basta vontade política para privatizar empresas estatais e cortar gastos. A campanha presidencial nos empurrou ainda mais para esta armadilha e poderá custar caro ao novo presidente.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 11/10/2018

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: Preço de combustível de aviação é um dos mais altos

E por falar em aviação: um estudo da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) constatou que o custo do combustível é um problema crônico no país. O litro do querosene no Aeroporto Internacional de São Paulo sai, em média, por US\$ 1,4. O valor é 38% superior ao praticado no Aeroporto de Heathrow, em Londres, e 150% maior do que o de Kuala Lumpur, na Malásia. “O Brasil é o único país que tem cobrança de imposto regional sobre o querosene de aviação”, diz Eduardo Sanovicz, presidente da Abear.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/10/2018****Seção: Brasil****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Candidatos divergem nos planos para o setor de óleo e gás**

O segundo turno das eleições presidenciais, entre Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), colocará frente a frente duas políticas energéticas de linhas essencialmente opostas para o setor de óleo e gás. Enquanto o programa de governo do capitão reformado pende para propostas mais liberais, o candidato petista segue um discurso mais estatizante, embora ao menos uma posição seja comum entre os dois: ambos descartam privatizar a Petrobras.

Segundo analistas consultados pelo **Valor**, as chances de privatização da maior estatal brasileira são remotas, independentemente de quem vier a assumir a Presidência. O assunto é controverso e, no contexto eleitoral, é tratado pelos candidatos como um certo "tabu".

O programa de Haddad é explicitamente contra a venda da petroleira. No caso da candidatura de Bolsonaro, por outro lado, o assunto já foi alvo de declarações contraditórias. O economista Paulo Guedes já se posicionou a favor da privatização de "todas as estatais", como forma de reduzir o endividamento público.

Bolsonaro, contudo, afastou essa possibilidade anteontem, em entrevista ao Jornal da Band, ao dizer que o "miolo da Petrobras" precisa ser preservado, mas que é favorável à venda de partes da companhia. No início do ano, ele chegou a dizer que era favorável à privatização, desde que a União mantivesse a golden share.

Ontem, o presidente do PSL, Gustavo Bebianno, por sua vez, afirmou à "Reuters" que Bolsonaro não pretende privatizar a Petrobras no curto prazo, mas que não descarta essa possibilidade mais para frente, após um "processo de saneamento geral" da companhia, no médio ou longo prazo.

"O refino, ao meu entender, dá para ser privado", afirmou Bolsonaro, na terça-feira.

É no assunto desinvestimentos que os dois começam a discordar. O programa de governo do candidato do PSL defende a venda de uma "parcela substancial" da capacidade de refino, varejo, transporte e "outras atividades em que [a Petrobras] tenha poder de mercado". O programa de Haddad, por sua vez,

prega a manutenção da Petrobras como uma empresa verticalizada. E propõe interromper a venda em curso de ativos estratégicos da empresa.

O professor do Grupo de Economia da Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GEE/UFRJ) Edmar Almeida não vê espaço para a privatização da Petrobras num próximo governo, seja ele petista, seja bolsonarista.

"A privatização da Petrobras é contrária à política do PT e, no caso do Bolsonaro, apesar de um programa liberal, ele tem um discurso nacionalista de preservação de setores estratégicos. Além disso, o custo político de uma privatização é muito elevado", opinou.

Almeida acredita que, num governo Bolsonaro, a visão liberal deve conduzir o plano de abertura do setor de refino e a reformulação do marco regulatório do gás natural. "O Bolsonaro, do ponto de vista energético, deverá ser um continuísmo do governo Michel Temer", avalia.

O cientista político Antônio Lavareda, do instituto de pesquisa Ipespe, também acredita que o tema da privatização não deve ser a prioridade do próximo presidente da República.

"A Petrobras tem um significado para além do econômico, constitui um patrimônio do imaginário popular. E o Bolsonaro traduz a posição das Forças Armadas com um forte componente de preocupação com setores estratégicos", disse.

Ao ser questionado sobre as declarações de Paulo Guedes, favorável às privatizações, Lavareda disse acreditar que Bolsonaro, se eleito, não deverá endossar 100% dos conceitos do economista.

Já sobre o discurso mais estatizante de Haddad, que prega interromper os desinvestimentos da Petrobras e os leilões do pré-sal, Lavareda disse que o petista também não deverá, caso vencedor, consolidar todas as propostas de seu plano de governo.

"Acredito que o governo do Bolsonaro não avançará tanto nem o governo do Haddad recuará tanto. O Haddad não vai repetir ao pé da letra todas as ideias do PT nem o Bolsonaro avançará 100% com a agenda ultraliberal", opinou.

Para além dos desinvestimentos da Petrobras, os dois se dividem quanto a outros temas caros à indústria de óleo e gás, como o futuro dos leilões do pré-sal, conteúdo local e política de preços dos combustíveis. O plano de Bolsonaro defende ideias como fim das exigências de conteúdo local, desverticalização do setor de gás natural e preços dos combustíveis atrelados aos mercados internacionais.

Já Haddad assume um tom mais estatizante e defende reorientar a política de preços dos combustíveis, para garantir preços mais estáveis e acessíveis ao consumidor, e tomar "iniciativas imediatas para recuperar as riquezas do pré-sal".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/10/2018

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curtas

Térmicas desligadas

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) decidiu, em reunião extraordinária ontem, manter desligadas as termelétricas mais caras disponíveis no sistema. A operação dessas usinas foi suspensa já na semana passada pelo colegiado.

Até a última sexta-feira, as térmicas com custo de até R\$ 548,04 por megawatt-hora (MWh) foram mantidas em operação para ajudar a poupar água nos reservatórios das grandes hidrelétricas. Na semana anterior, o comitê fez um esforço ainda maior ao autorizar o acionamento de usinas com custo de até 766,28/MWh. Esses empreendimentos, com geração mais cara, foram despachados "fora da ordem de mérito", com custo acima do praticado no mercado à vista.

Em nota, o CMSE informou que "nos últimos sete dias continuou chovendo no centro sul do Brasil, na região Sul e no sul das regiões Sudeste e Centro-Oeste, com valores próximos à média histórica". Nos próximos sete dias, as chuvas na região Sul podem superar a média histórica. Segundo o comitê, a melhora das condições pode levar ao aumento da transferência de energia elétrica para o subsistema Sudeste/Centro-Oeste.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/10/2018

Seção: Opinião

Autor: Rosane Menezes e Lucas Guimarães

Título: Entre a eficiência energética e o direito à privacidade

Em 12 de junho, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 356/17 (PLS 356/17), que busca incentivar a implantação de redes elétricas inteligentes, os chamados smart grids. Há ao menos outros dois projetos em tramitação no Congresso - o PL 3337/12 e PLS 84/12 -, mas o que foi recentemente aprovado pela CI do Senado parece seguir bom caminho para sua aprovação.

São inúmeras as vantagens decorrentes da implantação dos smart grids. De forma genérica, redes inteligentes permitem a integração de tecnologias, produtos e serviços inovadores e disruptivos - tais como sensores, microprocessadores, medidores, instrumentos de telecomunicações e outros dispositivos -, que possibilitam um melhor gerenciamento e monitoramento de toda a rede elétrica, indo desde a usina de geração de energia até o interior de casas residenciais.

De modo específico, algumas vantagens saltam aos olhos, tais como a instalação de sensores em diversos pontos da rede de distribuição de uma concessionária com o fim de detectar o furto de eletricidade. Ou ainda o uso de vias digitais de comunicação entre geradora e transmissora, ou entre distribuidora e consumidor, otimizando a operação da rede e contribuindo para o aumento da eficiência energética.

Mas isso não é tudo. Smart grids possibilitam que redes de eletricidade, autonomamente, identifiquem e corrijam gargalos e problemas temporários na rede (tecnologia self-healing). Viabilizam, também, a implantação dos chamados micro grids, sistemas descentralizados nos quais grandes consumidores - indústrias, polos petroquímicos, fábricas - podem valer-se de uma combinação de fontes de energia, tais como painéis solares e baterias, para atender suas demandas por eletricidade, dependendo cada vez menos do fornecimento oferecido pela concessionária local.

Em especial, uma maior troca de informações entre a concessionária de distribuição de eletricidade e o consumidor, auxiliada pelo uso de medidores inteligentes e pela difusão da Internet das Coisas (IoT na sigla em inglês), traz um potencial disruptivo elevado, já que a interação passa a ocorrer em tempo real e torna-se mais fácil prever a demanda e tornar o consumidor consciente da sua relação com a eletricidade.

No fim do dia, tem-se uma operação do setor otimizada, resultando em eficiência energética, menos desperdício de energia e retardamento de investimentos em nova infraestrutura, em favor do meio ambiente.

Contudo, a implantação de smart grids e o uso de medidores inteligentes traz consigo uma série de questões jurídicas e regulatórias, as quais ainda precisam ser adequadamente endereçadas pelas autoridades governamentais.

Pelo lado regulatório, a Aneel ainda não reconhece, no cálculo da tarifa de energia, todos os investimentos em tecnologia e modernização da rede feitos pelas distribuidoras. Sem esse reconhecimento, há pouco incentivo para que as concessionárias abracem a causa. Ainda, no caso de um investimento em smart grids feito por uma transmissora, mas que gere efeitos benéficos a uma distribuidora, não há consenso quanto à forma de reconhecer financeiramente este investimento.

Com medidor inteligente, é possível estimar quando as pessoas acordam, saem de férias e o que compram

Além disso, medidores inteligentes são caros e viáveis economicamente apenas para grandes consumidores. Uma difusão em massa dos medidores inteligentes ainda não foi verificada, mesmo com a regulamentação da tarifa branca pela Aneel - regime tarifário caracterizado pela variação do preço da eletricidade em razão dos períodos de pico ou fora de pico.

Pelo lado eminentemente jurídico, o envio de informações sobre o consumo de um bem essencial para a distribuidora de energia adentra em área extremamente sensível ao cidadão: sua privacidade.

Com medidores inteligentes transmitindo em tempo real os dados sobre consumo de eletricidade de uma casa, aliada à cada vez mais difundida IoT, é possível estimar quando as pessoas de uma residência acordam, quando saem de férias, se compraram eletrodomésticos novos ou se ficaram vendo TV até tarde da noite, por exemplo.

Com a transmissão destes dados pela internet, surge o risco de interceptação da transmissão dos dados por hackers, exigindo investimentos em segurança cibernética. Para ficar em um exemplo apenas, os dados relacionados aos hábitos de consumo de eletricidade poderiam ser comercializados com empresas de publicidade, com o intuito de oferecer anúncios personalizados, na hora certa. Isso tudo, sem que o consumidor saiba ou queira.

Recentemente, foi publicada a Lei Geral de Proteção de Dados, nº 13.709/18, disciplinando a forma como dados pessoais devem ser tratados, com vistas à sua proteção. A lei estabelece, em síntese, quais dados podem ser tratados, quem pode coletá-los e processá-los, por quanto tempo o agente pode manter tais dados e como o consentimento é dado pela pessoa natural, permitindo o tratamento de dados a ela relacionados.

A despeito da discussão quanto às esferas de aplicação da Lei nº 13.709/18, vislumbra-se sua aplicação ao setor elétrico - considerando que "dados energéticos" estariam contidos em "dados pessoais" -, em especial com a transmissão, coleta e tratamento de dados relacionados ao consumo de eletricidade.

Para o consumidor de eletricidade, é fundamental que ele não apenas saiba como seus dados estão sendo coletados e armazenados, mas que também tenha acesso aos dados e possa voltar atrás no consentimento anteriormente dado. Porém, deve-se também ter em mente que os benefícios oferecidos por medidores inteligentes dependem intrinsecamente da quantidade e frequência dos dados coletados.

Para além do tom alarmista, faz-se necessário que as autoridades governamentais e a sociedade discutam qual nível de privacidade - direito fundamental, diga-se, fazendo com que a aplicação de qualquer norma tendente a limitar tal direito seja interpretada de forma restritiva - é desejável, num contexto em que o acesso aos dados relacionados ao consumo de eletricidade vem se tornando ferramenta indispensável na promoção de eficiência energética.

Um direito absoluto à privacidade pode enfraquecer o objetivo da eficiência energética - extremamente relevante para o combate à degradação ambiental -, em detrimento de interesses coletivos, igualmente legítimos.

Rosane Menezes e Lucas Noura Guimarães são, respectivamente, sócia da área de Infraestrutura e advogado da área de energia do Madrona Advogados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/10/2018

Seção: Especial

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Fala de Bolsonaro sobre Eletrobras leva a queda das ações

A declaração feita, na terça-feira à noite, pelo candidato do PSL à Presidência, Jair Bolsonaro, de que não pretende privatizar o "miolo" da Eletrobras praticamente põe uma pá de cal na possibilidade de venda do controle da estatal elétrica brasileira em 2019. O outro candidato ao Planalto, Fernando Haddad (PT) é declaradamente contrário à privatização da companhia.

O projeto de lei que prevê a desestatização da Eletrobras está em trâmite no Congresso. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), porém, já afirmou que o texto será votado apenas em 2019.

Em entrevista à TV Bandeirantes, Bolsonaro disse ser contra a privatização do "miolo" da Eletrobras e da Petrobras. "Para mim, energia elétrica a gente não vai mexer. Até conversei com o Paulo Guedes [economista da campanha]. O que dá errado lá é indicação política. Nós vamos indicar as pessoas para compor isso [o comando da estatal de energia]. Você não pode privatizar para qualquer capital do mundo. A China está comprando o Brasil. Você vai deixar nossa energia na mão do chinês?", disse, comparando o setor elétrico com um galinheiro de que a pessoa tira seu sustento da venda de ovos e galinhas, mas, privatizando, não sobram ovos para ela comer. "Você não vai ter a garantia no final de semana de comer um ovo cozido. Vamos deixar a energia na mão de terceiros?"

A fala do presidencialável provocou uma queda acentuada as ações da Eletrobras na bolsa. Ontem, às 13h30, as ações ordinárias da companhia registravam queda de 11,62%, negociadas a R\$ 20,15. E os papéis preferenciais recuavam 13,51% a R\$ 23,17.

A posição de Bolsonaro contrariou levantamentos feitos por entidades ligadas ao setor elétrico, que haviam identificado uma simpatia de Bolsonaro à privatização da Eletrobras. Elas também indicavam que o candidato é favorável à venda das distribuidoras, o que ele confirmou na entrevista. "Você pode conversar sobre distribuição. Geração não, de jeito nenhum."

Mais radical com relação ao assunto, Haddad defende, em seu programa de governo, a "retomada do controle público, interrompendo as privatizações". Ele acrescenta que a "Eletrobras retomará seu papel estratégico, no sistema energético brasileiro, contribuindo para a expansão da geração e transmissão de energia no país".

Apesar de os levantamentos das entidades do setor elétrico terem identificado que Haddad é contrário à privatização das distribuidoras da Eletrobras, vale lembrar que a decisão de colocar essas subsidiárias à venda foi tomada ainda durante o governo de Dilma Rousseff.

Restam apenas duas distribuidoras a serem privatizadas. A primeira é a Amazonas Energia, cujo leilão está previsto para 25 de outubro. A outra é a Ceal, do Alagoas, cuja privatização está suspensa por uma liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski.

A declaração de Bolsonaro indiretamente também colocou na berlinda as estatais chinesas que investem no país. Alvo de críticas do candidato, as companhias chinesas possuem quase 10% da capacidade instalada do parque gerador brasileiro. Juntas, a CTG Brasil, a CPFL Energia (controlada pela State Grid Corporation of China) e a State Power Investment Corporation (SPIC) possuem 15,36 mil megawatts (MW) instalados, principalmente de usinas hidrelétricas e eólicas. O montante corresponde a 9,6% da capacidade do sistema brasileiro, de 160 mil MW.

Em transmissão, a principal empresa chinesa no país é a State Grid Brazil Holding (SGBH), também controlada pela State Grid Corporation of China (SGCC). Primeira chinesa a aportar no Brasil, a companhia possui 6,04 mil km de linhas de transmissão em operação no país, com destaque para os dois linhões que fazem o escoamento da energia da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), para o Sudeste, com mais de 2 mil km cada. Um dos linhões ainda está em construção.

Proporcionalmente, considerando os ativos em construção, a SGBH tem pouco mais de 5% de todo o sistema de transmissão em alta tensão do país.

Em distribuição, a participação das chinesas, por meio da CPFL Energia e da EDP Energias do Brasil (da qual a CTG tem participação na holding portuguesa), é ainda maior. Considerando o universo de clientes da CPFL e EDP, de 15,3 milhões unidades, a participação chinesa direta ou indireta no segmento é de 18,6% do total de 82,4 milhões de consumidores do país.

Ontem, o presidente do PSL, Gustavo Bebianno, afirmou que o eventual governo de Bolsonaro não descarta privatizar a Petrobras no médio ou longo prazo. Em entrevista à Reuters, Bebianno disse, porém, que antes de privatizar seria necessário fazer um processo de saneamento geral da estatal. No curto prazo a venda é descartada.

Na entrevista, o dirigente disse que o processo de saneamento da Petrobras no curto prazo passa obrigatoriamente por tirar integrantes do PT, MDB e de outros grupos políticos. "A empresa precisa ser revitalizada, tem que tirar a petralhada toda de lá, tirar o pessoal do MDB de lá e aí pode ser que um dia a gente pense em privatização, mais para frente." Ao ser questionado se após esse processo de saneamento estaria aberto o caminho para uma privatização no médio prazo, Bebianno disse que sim, "mas muito mais para frente".

(Colaborou Carolina Freitas, de São Paulo)

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/10/2018****Seção: Especial****Autor: Daniel Rittner | De Brasília****Título: General quer acabar Angra 3 e reavaliar usinas na Amazônia**

O general da reserva Oswaldo Ferreira, encarregado de cuidar das discussões sobre infraestrutura na campanha de Jair Bolsonaro (PSL), defende a retomada das obras de Angra 3 e a reabertura de estudos para a megausina de São Luiz do Tapajós, no Pará, cujo processo de licenciamento ambiental foi arquivado pelo Ibama. Ele também acredita que é preciso resgatar, independentemente de decisão, a análise de hidrelétricas com grandes reservatórios na Amazônia. "Não pode já ir sepultando as coisas. Por que não estudar?", questiona o general, que tem se reunido todas as quartas-feiras com especialistas de várias áreas, todos colaboradores voluntários, como faz questão de dizer, no subsolo de um hotel de padrão econômico na região central de Brasília.

Em entrevista ontem ao **Valor**, interrompida por uma ligação de Bolsonaro, enquanto o médico oncologista e empresário Nelson Teich apresentava um diagnóstico sobre a área da saúde em uma sala reservada do hotel, o oficial do Exército evitou falar sobre o futuro de empresas estatais problemáticas, como a Infraero e a Eletrobras. "A ideia é reduzir o tamanho do Estado, mas dentro de uma dinâmica que atenda tanto o doutor Paulo Guedes quanto o próprio Bolsonaro", afirmou Ferreira. "Não me compete nenhuma ânsia. Aquilo que é estratégico terá tratamento [diferenciado]. Tudo depende dos estudos que estão sendo feitos."

Ex-diretor do departamento de engenharia e construção do Exército, onde ficou até passar para a reserva em abril de 2017, Ferreira recebeu uma ligação do deputado há pouco mais de um ano. Bolsonaro foi à casa do general. "Eu relutava em fazer qualquer coisa, estava vivendo a minha nova vidinha, cuidando da minha família e planejando minhas viagens, mas conversamos por duas horas. Ele me chamou para mudar o Brasil", comenta, deixando claro que não há vinculação entre participar das discussões e ocupar cargos no governo.

Especulado como provável ministro dos Transportes, em caso de vitória de Bolsonaro, Ferreira sinaliza com a continuidade do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) como núcleo de desenvolvimento de projetos para concessão à iniciativa privada. "O PPI se encaixa em uma visão de Estado."

Para o general, uma prioridade incontestável é concluir a pavimentação da BR-163, em um trecho de 65 quilômetros entre Novo Progresso e Moraes de

Almeida (PA). A obra está sendo tocada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e já passou pelos últimos três governos sem entrega no prazo prometido. "Eu fui o comandante da companhia [militar] que construiu os primeiros 13 quilômetros da rodovia. Saí de primeiro-tenente, na época, para general do Exército e ainda estamos fazendo o asfaltamento da estrada", diz Ferreira, considerando a demora inaceitável. "A prioridade é dar continuidade à BR-163 e permitir que, no próximo inverno, os [caminhões] bitrens não fiquem mais atolados."

No setor elétrico, objeto da monografia de Ferreira na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Ferreira chama a atenção para o fato de que novos aproveitamentos hídricos estão essencialmente na Amazônia. "É um tema que precisa ser estudado. Não é que eu seja contra ou a favor [usinas na região], mas uma coisa que não podemos ter de jeito nenhum é apagão de energia, nem uma energia cara demais."

Em um desenho da máquina administrativa que está sendo feito pela equipe, cogita-se a fusão do Ibama com o Instituto Chico Mendes (ICMBio), responsável pelas unidades de conservação.

Ferreira se diz defensor de parques eólicos e da aposta em fonte solar, mas pondera que elas não são suficientes para "segurar o crescimento da economia". Ao falar sobre a necessidade de avaliar se novas hidrelétricas podem ou não ter grandes reservatórios, cita o caso da megasina de Belo Monte (PA), que tem 11.233 megawatts de potência instalada, mas geração média muito inferior durante a estiagem, por ser a fio d'água. "Da maneira como foi feita, chega a menos de 1.000 MW. Reduzimos a menos de 10% e custou mais do que uma fortuna."

O general defende ainda a retomada das obras de Angra 3, lembrando que já foram investidos em torno de R\$ 10 bilhões e que ela é importante não apenas na matriz elétrica, mas por geração de conhecimento científico e para abertura de empregos na construção.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/10/2018

Seção: Especial

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Ex-ministra diz que Haddad criará fundo com 10% das reservas

A campanha do petista Fernando Haddad manterá, no segundo turno, o plano de criar um fundo com 10% das reservas internacionais para dar fôlego à

infraestrutura no país. O objetivo é usar as "reservas excedentes" no financiamento de grandes obras.

Miriam Belchior, ex-ministra do Planejamento e coordenadora do setor no programa de governo, deixa claro que a eventual vitória de Haddad levaria a uma espécie de freio de arrumação em questões discutidas pela administração de Michel Temer. Ela descarta a privatização da Eletrobras e a venda, na atual conjuntura econômica, das participações acionárias de 49% mantidas pela Infraero nos aeroportos já concedidos. Também vê a necessidade de um pente-fino nos processos de renovação antecipada das concessões de ferrovias, em troca de investimentos em expansão da malha, por entender que é preciso ter mais clareza sobre o valor das contrapartidas e garantir direito de passagem de um operador nos trilhos de outra empresa.

Em entrevista ao **Valor**, por telefone, a ex-ministra disse que o PT avalia positivamente a exigência de conteúdo nacional em alguns setores, como equipamentos para parques eólicos e vagões para projetos de mobilidade urbana. As questões de transporte público, por sinal, são uma prioridade. "Queremos reeditar as parcerias bem-sucedidas que tivemos com Estados e municípios", afirmou Miriam, lembrando a experiência do PAC Mobilidade, lançado em 2012 e que previa recursos federais para projetos tocados por governadores e prefeitos. O foco são metrô, VLTs, BRTs. "O que for transporte de alta capacidade."

O programa de Haddad no setor, segundo ela, tem dois pontos como premissas básicas. Um é de que investimentos das estatais e do Orçamento Geral da União (OGU) devem ser excluídos das metas de resultado fiscal primário. Essa política foi, inclusive, chancelada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) durante o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A outra premissa é alocar US\$ 38 bilhões das reservas, o equivalente a 10% do total, para um fundo específico. "Às vezes as pessoas têm memória curta. Em 2003, quando o presidente Lula assumiu, o montante das nossas reservas internacionais era justamente de US\$ 38 bilhões. Elas aumentaram dez vezes. É por isso que, apesar do ambiente internacional, não precisamos recorrer ao FMI, como fez a Argentina."

Não seria algo mal interpretado pelo mercado? Não seria o caso de fazer um aceno tranquilizador de políticas menos heterodoxas? Miriam responde prontamente: "O maior aceno que podemos fazer é lembrar os 13 anos que passamos no governo. Não precisamos agora de uma carta ao povo brasileiro. A marca dos nossos governos é de política fiscal responsável, estabilidade da dívida bruta, relação tranquila com o mercado. Esse é o maior aceno que poderíamos ter feito. Esse é o nosso cartão de visitas."

A ex-ministra, que também presidiu a Caixa Econômica Federal, afirma que outros mecanismos de financiamento serão buscados, como o estímulo ao lançamento de debêntures e crédito de bancos internacionais.

Ela faz uma defesa, porém, de concessões que não tenham "mero interesse fiscalista" e nem se resumam a "gerir ativos". "Concessão tem que incluir investimento para ampliar a infraestrutura", ressalta. Apesar dessa ressalva, novos leilões de rodovias não devem ter cláusulas obrigatórias de duplicação das pistas em cinco anos, como foi exigido no governo Dilma. Deve-se optar, segundo Miriam, por gatilhos de investimentos em trechos mais carregados.

A ex-ministra acha que o governo Temer "não deve fazer nada de afogadilho e de maneira açodada" em termos de novos leilões ou contratos. Isso vale, observa, para a licitação de mais 12 aeroportos em blocos regionais e para a renovação das concessões de ferrovias. "A questão central que estava na nossa proposta [no governo Dilma] era ter clareza sobre a vantagem de estender o contrato. Não dá para fazer a renovação sem essa garantia", frisa Miriam.

A venda das fatias acionárias de 49% da Infraero em cinco aeroportos - Guarulhos, Galeão, Brasília, Viracopos e Confins - deve ser interrompida. "O momento econômico é desfavorável para isso. E fizemos o mais difícil, que foram os aportes nas concessionárias. Quando começamos a ter retorno, a ter lucro, vende-se a participação?", ela questiona.

Miriam também cita a contratação de duas milhões de unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida, no ciclo 2019-2022, entre as prioridades máximas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/10/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petrobras faz parceria

A Petrobras formará uma joint venture com a empresa americana Murphy para atuar na área de exploração e produção de petróleo e gás natural no Golfo do México. O negócio será feito por meio da subsidiária da Petrobras, a Petrobras America Inc (PAI). A transação envolverá um valor total de até US\$ 1,1 bilhão, a ser recebido pela PAI, sendo uma compensação de US\$ 900 milhões à vista, correspondente à diferença de valor entre os ativos aportados por ambas as empresas no fechamento da operação. A constituição da joint venture se dará

através do aporte de todos os ativos em produção situados no Golfo do México de ambas as empresas, na qual a Murphy será operadora com 80% de participação e a PAI, com 20%. Segundo comunicado, a nova empresa terá uma produção média estimada de cerca de 75 mil barris de óleo equivalente por dia no quarto trimestre de 2018. Com a joint venture, a Petrobras ultrapassa a marca de um quarto de sua meta de parcerias e desinvestimentos, de US\$ 21 bilhões para o biênio 2017-2018.

Schneider indica brasileira

A multinacional francesa Schneider Electric nomeou a brasileira Tania Cosentino para ocupar um novo cargo dentro do grupo. A executiva, que era presidente da empresa na América do Sul, passa agora a vice-presidente sênior global de Customer Satisfaction and Quality. Para o lugar de Tania foi nomeado Rafael Segrera, que acumula 22 anos de carreira na companhia, e se declara líder global na transformação digital em gestão da energia elétrica e automação. Em nota, a companhia informou que, nos últimos seis anos, Tania dedicou-se à preparação da Schneider para liderar a transformação digital na região sul-americana. Segrera, que chega diretamente da França, ocupará o novo posto na região, baseado no Brasil.

Murdoch na Tesla

James Murdoch é o favorito para suceder Elon Musk na presidência do conselho de administração da fabricante de carros elétricos Tesla, segundo o "Financial Times". A companhia terá de substituir seu fundador no cargo em meados de novembro, após acordo com a Securities and Exchange Commission (SEC). Musk continuará como CEO. Murdoch, que é amigo de Elon Musk, entrou para o conselho da Tesla no ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Chinesa SPIC deve fazer oferta por Santo Antonio nos próximos dias

A chinesa State Power Investment Corporation (SPIC) deve apresentar nas próximas semanas uma proposta vinculante pelas participações de Odebrecht, Cemig e Andrade Gutierrez na hidrelétrica de Santo Antonio, no rio Madeira (RO), apurou o **Valor** com fontes com conhecimento direto da situação.

Segundo uma fonte, a proposta da SPIC avaliará a usina em cerca R\$ 3,5 bilhões, valor relativamente baixo, mas que leva em conta a condição financeira da companhia. Como Furnas, que tem 41%, não deve vender, o desembolso para os demais sócios seria de pouco mais de R\$ 2 bilhões. A chinesa deve injetar no mínimo R\$ 1 bilhão na Saesa após aquisição, além de renegociar a dívida com o BNDES.

Apesar de gerar caixa desde que a hidrelétrica entrou em operação, os recursos não são suficientes sequer para pagar o custo da dívida e seus compromissos regulares. Ao fim de junho, a Santo Antonio Energia tinha R\$ 14,9 bilhões em dívidas, capital de giro negativo em R\$ 992,5 milhões e relação entre dívida líquida e Ebitda (sigla para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 13,13 vezes - ante a média de 2,5 vezes no setor de geração de energia.

A intenção dos sócios é garantir que a proposta saia antes da conclusão das negociações com o BNDES sobre o reperfilamento de R\$ 10 bilhões em dívidas, que vai alongar o prazo de pagamento até 2040. O spread, porém, será elevado, o que reduz o valor do ativo.

No momento, a concessionária está em situação estável, pois seus sócios aportaram R\$ 261 milhões na companhia. Os recursos já foram usados, em parte, no pagamento de passivos na liquidação das operações do mercado de energia de curto prazo. Se não chegarem a uma solução até o fim deste mês, porém, Santo Antonio pode enfrentar nova crise em novembro. O caixa gerado pelas operações da hidrelétrica é praticamente exaurido com o pagamento mensal de juros ao BNDES, fazendo com que não restem recursos para quitação de outros compromissos, como a energia de curto prazo e a tarifa de transmissão.

"Precisamos ver o que acontecerá primeiro. O reperfilamento ou o recebimento da proposta vinculante", disse uma fonte ao **Valor**. Fato é que a concessionária precisa de uma das alternativas até o fim de outubro para descartar a necessidade de nova capitalização pelos sócios em novembro.

A expectativa dos envolvidos é que, com uma oferta vinculante em mãos, o BNDES aprove um acordo para suspensão do pagamento da dívida ("stand still", no jargão econômico) até a conclusão da aquisição.

No ano passado, as negociações com a SPIC foram suspensas porque os sócios da usina discordavam das condições propostas, principalmente em relação ao valor que seria efetivamente pago à vista. A proposta na mesa avaliava a usina em R\$ 6 bilhões, mais um percentual vinculado ao cumprimento de algumas condições de desempenho, como as arbitragens na qual está envolvida. Desde

então, porém, o ativo se deteriorou. Para os sócios, passou valer a pena vender mesmo que por um preço menor A SPIC, por sua vez, deve fazer nova due diligence no ativo.

O negócio só não deve ocorrer se o preço proposto não incluir desembolso aos atuais donos, cenário que aconteceria se o 'valuation' do ativo for inferior à dívida.

Apenas Furnas, que tem 41% da usina, não deve vender. Com a capitalização pela SPIC, será diluída e continuará sócia da usina. Para a chinesa, a associação com uma estatal é bem vista, pois reduz preocupações com incertezas regulatórias e políticas, por exemplo.

Sem uma oferta vinculante, contudo, a única saída da hidrelétrica será concluir a renegociação de dívida com o banco. O processo está parado por conta de um impasse quanto à extensão das garantias. O FIP Amazônia, que tem 20% da usina, é 50,1% da Odebrecht e 49,9% do FI-FGTS. O FI-FGTS não pode prestar garantias (por não ter patrimônio). Desde sua formação, Odebrecht e Andrade Gutierrez compartilhavam as garantias do FIP, mas a Andrade não aceitou estender o colateral desta vez.

Procuradas, Odebrecht, Cemig e SPIC não responderam.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Ivan Ryngelblum | De São Paulo

Título: Embate de sócios da CPFL Renováveis chega ao fim

O embate entre os minoritários da CPFL Renováveis e a chinesa State Grid caminha para chegar ao fim. O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) rejeitou o último recurso apresentado pelos sócios, e a State Grid deve lançar, nos próximos dias, uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) a R\$ 14,60 por ação.

Corrigido pela Selic, o preço se aproxima de R\$ 17 por ação, acima dos R\$ 12,20 propostos originalmente pela State Grid na operação. Com isso, o montante a ser desembolsado pela chinesa na aquisição de 48,4% da CPFL Renováveis vai subir para mais de R\$ 4 bilhões. Com o preço original, o total pago seria de cerca de R\$ 3 bilhões.

Os minoritários queriam mais. A oferta é obrigatória no contexto da aquisição indireta da CPFL Renováveis pela State Grid, que fechou a compra da CPFL Energia em julho de 2016. Desde o ano passado, a chinesa protagoniza o embate sobre o preço da OPA contra um grupo de minoritários que inclui nomes de peso como BTG Pactual, Pátria, IFC, Arrow, e o DEG, banco de fomento da Alemanha.

No primeiro trimestre, a CVM rejeitou a demonstração justificada de preços da State Grid, que apresentou, então, uma nova oferta, de R\$ 13,81 por ação. Os minoritários voltaram à autarquia, alegando que chinesa tinha usado dados de Ebitda (resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) gerenciais, e não seguindo os padrões contábeis internacionais (IFRS), entre outros problemas na metodologia.

A área técnica da CVM, então, exigiu as mudanças nas premissas, que chegaram ao novo preço. O valor de R\$ 14,60 tinha sido calculado pela própria companhia chinesa em um documento enviado à autarquia em julho. Os minoritários entraram com novo recurso, pedindo outras alterações na metodologia, mas o colegiado da CVM decidiu, na terça-feira, rejeitar o pleito, por considerar que os dados utilizados já garantiam tratamento isonômico aos acionistas.

Esgotados os recursos na CVM, os minoritários poderiam ir à Justiça, o que não deve acontecer, apurou o **Valor**. A tendência é que a OPA seja concluída entre o fim de novembro e início de dezembro.

Em nota, a State Grid disse que a decisão "mostra que a autarquia entendeu e concorda que a nova demonstração justificada de preços foi elaborada com cuidado para atender as orientações do colegiado e da área técnica."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo

Título: Geradoras têm dívida de R\$ 8,8 bi com a CCEE

A liquidação financeira do mercado de curto prazo de energia referente a agosto movimentou apenas R\$ 1,92 bilhão dos R\$ 12,39 bilhões contabilizados, inadimplência de 85%, informou ontem a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). De acordo com a entidade, do valor não pago, R\$ 8,82 bilhões estão relacionados com liminares sobre o GSF (sigla em inglês para o fator de ajuste de garantia física) no mercado livre e R\$ 1,65 bilhão representa outros valores em aberto da liquidação.

Mais uma vez, os agentes credores não protegidos por liminares que garantem a prioridade no recebimento de créditos saíram da liquidação de mãos vazias. Segundo a CCEE, os agentes credores amparados por decisões judiciais vigentes para não participar do rateio da inadimplência oriunda de liminares do GSF perceberam adimplência próxima de 56% e os agentes amparados por decisões que determinam a incidência regular das normas perceberam adimplência de apenas 7%.

Além de ser um entrave nas operações do mercado de curto prazo de energia, por conta da judicialização, o GSF também é um problema para os consumidores do mercado cativo - isto é, das distribuidoras. Apenas em agosto, foram repassados R\$ 3,2 bilhões em custos do GSF aos consumidores por meio da tarifa. No acumulado em 12 meses, o repasse chega a R\$ 20 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/10/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Apesar de leve queda em setembro, as vendas de etanol continuam firmes

As vendas de etanol hidratado realizadas pelas usinas do Centro-Sul do país somaram 1,889 bilhão de litros em setembro, de acordo com informações divulgadas nesta quarta-feira pela União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica). Ainda que tenha sido 35,7% maior que o registrado no mesmo mês de 2017, o volume foi 3,9% menor que o de agosto passado.

Em comunicado, Antonio de Padua Rodrigues, diretor-técnico da Unica, atribuiu a queda ao início da safra canavieira nas regiões Norte e Nordeste, que, assim, passaram a demandar menores quantidades do biocombustível produzido no Centro-Sul. De qualquer forma, o mercado continua aquecido. Desde o início da safra 2018/19 da região, em abril, as vendas de etanol hidratado têm superado com folga os volumes da temporada passada por causa dos ganhos de competitividade do biocombustível em relação à gasolina nos postos.

De abril até setembro, as usinas da região venderam 9,899 bilhões de litros de etanol hidratado no mercado interno, um crescimento de 38,3% na comparação com o mesmo período do ano passado. No caso do etanol anidro (que é misturado à gasolina), as vendas acumuladas diminuíram 13,1%, para 4,158 bilhões de litros.

A Unica também informou que as chuvas que caíram no Centro-Sul na segunda metade de setembro provocaram interrupções na colheita e na moagem de

cana, o que reduziu o volume de produção. No período, as usinas da região processaram 27,64 milhões de toneladas, 31,7% menos que no mesmo período de 2017.

A queda também foi influenciada pelo encerramento da safra em algumas unidades. Até o início de outubro, cinco usinas concluíram os trabalhos no ciclo 2018/19. Na próxima quinzena, a expectativa da Unica é que outras 32 usinas encerrem as operações. "Essa é a primeira quinzena que a moagem da safra atual ficou aquém daquela observada no ciclo anterior. Essa retração está concentrada nos Estado de São Paulo e no Paraná", afirma Antonio de Padua Rodrigues, o diretor técnico da Unica, em comunicado.

Como consequência desse movimento, as produções de açúcar e etanol também recuaram. Foram fabricadas 1,28 milhão de toneladas de açúcar na quinzena, queda de 55% na comparação com o mesmo período da safra passada, 1,140 bilhão de litros de etanol hidratado, volume praticamente estável, e 494 milhões de litros de etanol anidro, em baixa de 44,9%. A oferta de hidratado se manteve firme porque as usinas continuaram dando preferência à fabricação do biocombustível.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/10/2018

Seção: Finanças

Autor: Talita Moreira e Flávia Furlan | De São Paulo

Título: Falta de detalhes mantém bancos cautelosos com plano de Bolsonaro

Apesar da euforia inicial do mercado financeiro com o resultado das eleições no primeiro turno, um possível governo de Jair Bolsonaro (PSL) é visto com cautela por executivos de bancos de varejo. A leitura é que, embora as propostas do presidencialista para a economia apontem para a direção que consideram correta, ainda há pouca clareza sobre como serão implementadas.

Bolsonaro tem o benefício da dúvida, até porque o setor rechaça a política econômica adotada no governo Dilma Rousseff (PT). Mas seis fontes ouvidas pelo **Valor** - especialmente as ligadas ao crédito - aguardam um detalhamento das medidas e avaliam que a economia real levará tempo para reagir de forma mais consistente.

Falta projeto ao presidencialista do PSL tanto quanto a Fernando Haddad (PT), afirma um diretor de uma importante instituição financeira. Embora divergentes, os dois programas são vagos, segundo essa fonte, que falou sob a condição de anonimato.

Outra preocupação manifestada pelo executivo é que muitas das medidas que a equipe de Bolsonaro propõe dependem de maioria de dois terços no Congresso - algo não tão simples de conseguir, apesar da base construída pelo PSL nas urnas.

Essa fonte, que atua no segmento de varejo, observa que o crédito já vem se recuperando com a estabilização da economia nos últimos dois anos e bastaria "não mexer muito" para continuar melhorando. "O ideal era manter a equipe econômica atual e o crédito andaria por conta própria", afirma.

O presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, já foi sondado por assessores de Bolsonaro sobre o interesse em permanecer no cargo, mas não se manifestou até o momento.

Um executivo de outro banco avalia que a negociação com o Legislativo não será fácil, e esse ponto é crucial para a aprovação das reformas. Para essa fonte, é importante que o próximo presidente aprove a reforma da Previdência em um prazo curto, de seis meses, para sustentar sua credibilidade. "Agilidade é a questão. Tem que saber fazer com maestria", diz.

Questionado se está otimista com a vantagem obtida pelo candidato do PSL no primeiro turno, esse interlocutor afirma que 2019 será "desafiador, mas é preciso acreditar no país". Ele observa que os pequenos empresários estão tocando seus negócios, até porque "não têm plano B", enquanto os grandes esperam para ver o que o resultado das urnas representará para a economia.

Ontem, a bolsa caiu e o real se desvalorizou em reação ao cenário externo e a declarações de Bolsonaro e do deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) indicando que não vão encampar a proposta do governo Temer para a Previdência. O presidencial também mostrou resistência à privatização da Eletrobras.

A relação de Bolsonaro com seu assessor econômico, Paulo Guedes, também causa preocupação. Liberal, o economista é bem-visto pelos executivos de bancos, mas considerado de temperamento forte. O temor é que ele acabe desembarcando se não tiver autonomia para agir. "Guedes é menos paciente que Joaquim Levy [ministro da Fazenda de Dilma], que aguentou por um tempo a interferência do governo em medidas fiscais", diz um diretor de banco.

Mesmo que as medidas de ajuste fiscal venham, levará pelo menos um ano até que os efeitos positivos sejam sentidos na economia real, afirma um executivo próximo do mercado de recuperação de crédito. A expectativa dele é que o desemprego recue aos poucos e o PIB cresça entre 1% e 2% por ano durante os próximos três ou quatro anos.

Fontes de bancos de investimentos, em contrapartida, estão bem mais otimistas. Segundo um executivo de uma instituição estrangeira com operação no país, é incomparável a melhoria no ambiente institucional para o país trazida por Bolsonaro em relação a Haddad.

Na opinião do interlocutor, o candidato do PSL consolida uma visão de que o Brasil não tolera mais corrupção, tendo em vista as acusações que pesam sobre o PT e outros partidos no âmbito da Operação Lava-Jato. De certa forma, afirma, derrotar o PT nas urnas traria a percepção, para os investidores, de que o Brasil é um mercado mais maduro do ponto de vista político. Para o executivo, que tem de consultar a sede no exterior para novos projetos, é importante que potenciais clientes "estejam menos expostos a um ambiente com corrupção", o que reduz o risco das operações.

Outro banqueiro de investimentos afirma que o mercado "não compra de jeito nenhum" a volta de um governo ao estilo Dilma. Se Bolsonaro de fato adotar uma linha de enxugamento da máquina pública e privatizações, a percepção de risco do país tende a diminuir e o rating, a aumentar - isso atrairia mais capital estrangeiro e criaria um círculo virtuoso. "Se ele conseguir temperar o Paulo Guedes, poderá ser o melhor governo da história."

Na prática, essa fonte diz acreditar que um eventual governo Bolsonaro ficará num meio-termo. Por acomodação política, é improvável que o ajuste sinalizado pela equipe do presidenciável do PSL seja totalmente implementado, mas o que importa é a direção, diz. Para o banqueiro, o presidenciável também baixará o tom em suas falas polêmicas. "Hoje, existe medo do Bolsonaro por questões sociais, não econômicas. Se ele ganhar, na prática, nem vai ser a maravilha que se espera em termos econômicos, nem o desastre em termos sociais", afirma.

Segundo executivos ouvidos pelo **Valor**, Haddad também pode ser menos negativo para a economia do que se espera. Um analista que faz a cobertura de instituições financeiras com capital aberto diz que, caso o candidato do PT adote uma política econômica menos "agressiva" que a estampada em seu plano de governo, que leva ao aumento dos gastos públicos, a economia pode reagir bem. "Os bancos querem mais é a manutenção do status quo", afirma.

De acordo com esse mesmo analista, os bancos que atuam no país estão bem capitalizados, mas precisam do resultado das eleições e de um cenário mais claro para o próximo governo para retomar com mais força a oferta de crédito no país.

MME / ASCOM .